

Continuação



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940, 13º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

c) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		
ICMS	505.772,15	490.685,39
COFINS	1.549.520,59	1.283.127,12
PIS	335.287,77	277.316,88
IRPJ e CSLL		7.615.722,67
Outras Obrigações	1.228.233,03	1.973.148,38
TOTAL	3.618.813,54	11.640.000,44

d) Impostos e Contribuições Diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Não Circulante		
IRPJ e CSLL Diferido sobre:		
Provisão Devedores Duvidosos	7.411.209,55	7.248.095,19
Provisões Cíveis e Trabalhistas	377.859,54	793.327,13
Base de Cálculo	7.789.069,09	8.041.422,32
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	2.648.283,49	2.734.083,59

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Não Circulante		
IRPJ e CSLL Diferido sobre:		
Depreciação Acelerada	24.816.311,39	-
Base de Cálculo	24.816.311,39	-
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	8.437.545,87	-

No Passivo Não Circulante o valor registrado a título de tributos e contribuições diferidos se refere ao diferimento do IRPJ e CSLL sobre a depreciação acelerada do gasoduto, sobre a qual a Companhia buscou o aproveitamento de créditos tributários permitidos na vigência do RTT (Regime Tributário de Transição), anos-calendários de 2012 a 2014, e cujo valor será apropriado mensalmente, em parcelas fixas, até o final do contrato de concessão (2044).

15) Provisões para Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2018, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda). A utilização do termo provável indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer em relação ao termo possível. Geralmente, em um processo cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo. Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa. Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	6.910.014,50	3.370.164,44	10.280.178,94
Processos com Provável Perda (Provisionados)	23.915,46	353.944,08	377.859,54
TOTAL	6.933.929,96	3.724.108,52	10.658.038,48

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Quaysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2017	Reversões 31/12/2018	Adições 31/12/2018	Saldo Final 31/12/2018
Provisões Trabalhistas	779.049,46	(1.387.805,30)	962.699,92	353.944,08
Provisões Cíveis	14.277,67	(31.071,11)	40.708,90	23.915,46
TOTAL	793.327,13	(1.418.876,41)	1.003.408,82	377.859,54

16) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		
Contas a Receber BR Distribuidora	2.092.947,22	1.229.600,39
Contas a Receber Petrobras	7.042.399,81	9.523.861,60
Ativo Não Circulante		
Ship or Pay	44.529.297,31	26.841.244,79
Take or Pay	-	16.550.083,25
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	99.911.432,80	63.660.842,21
Pessoal Cedido	-	862.037,05
Composição dos Saldos	31/12/2018	31/12/2017
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	38.987.156,53	25.008.669,36
Petrobras S/A	121.501.248,00	107.833.976,34
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	726.518.508,15	437.446.308,26

b) Remuneração e benefícios – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2018	31/12/2017
Administradores	292.514,85	380.392,19
Conselho de Administração	183.321,60	166.656,00
Conselho Fiscal	74.994,84	74.994,84
Total	550.831,29	622.043,03

17) Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017
Compra de Gás e demais insumos	(579.524.331,28)	(352.250.095,81)
Custos de Operação e Manutenção da Rede	(10.034.508,17)	(10.527.332,76)
Amortização Operacional	(24.262.839,27)	(22.407.709,54)
Amortização Administrativa	(1.174.424,81)	(958.615,52)
Despesas com Materiais e Serviços	(25.364.547,75)	(24.860.466,13)
Despesas com Pessoal	(38.779.062,06)	(39.586.741,50)
Despesas Tributárias	(2.101.320,22)	(1.487.303,46)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	14.274.422,98	7.168.832,47
Total	(666.966.610,58)	(444.909.432,25)

Classificadas como:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos Produtos Vendidos	(613.821.678,72)	(385.185.138,11)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(50.115.025,19)	(56.716.314,15)
Participação nos Lucros ou Resultados	(3.029.906,67)	(3.007.979,99)
Total	(666.966.610,58)	(444.909.432,25)

18) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	5.320.888,06	11.687.895,50
Descontos Obtidos	213.844,77	257.597,44
Juros Recebidos	1.111.602,65	2.446.774,90
Multa Contratual	167.920,72	654.965,97
Varição Monetária Ativa	21.081.873,66	435.669,99
Total	27.896.129,86	15.482.903,80

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	(88.279,75)	(108.571,83)
Despesas Bancárias	(108.852,94)	(90.513,35)
Juros Pagos	(53.701,68)	(346.401,63)
Juros sobre Empréstimos	(4.950.432,94)	(6.109.330,15)
Multa por Atraso de Pagamento	(56.676,22)	(88.249,21)
Varição Monetária Passiva	(1.695.888,07)	(531.686,35)
Total	(6.953.831,60)	(7.274.752,52)

Os valores registrados como Varição Monetária Ativa se referem, principalmente, às recuperações de Take or Pay e Ship or Pay ocorridas no exercício de 2018, totalizando R\$ 15,4 milhões, e variação da SELIC na recuperação de créditos tributários referentes à depreciação acelerada, totalizando R\$ 5,5 milhões.

19) Seguros

A Companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	até agosto/2019	R\$ 40.324,08
Gente Seguradora	Patrimonial	até maio/2019	R\$ 3.957,91

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

20) Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O Ship or Pay é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o transporte está obrigada a pagar pelo serviço, mesmo no caso do gás não ser transportado. Até 31/12/2018 foi registrado R\$ 37.596.388,42 a título de Ship or Pay, correspondente a quantidade de 179.986 mil m³ de gás natural, passível de recuperação por parte da Companhia até o ano de 2021. Este valor foi acrescido do Ajuste a Valor Justo em R\$ 6.932.908,89, totalizando o montante de R\$ 44.529.297,31.

21) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.
- Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.
- Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

22) IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho nas operações da Companhia.

23) IFRS 16 (CPC 06 R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais com início em 2019 em substituição ao IAS 17 (Arrendamento - CPC06), IFRIC 4 (Determinar se um acordo contém uma locação - ICPC 03), SIC 15 (Locações Operacionais-Incentivos - ICPC 03) e SIC 27 (Avaliação da Essência de Transações Envolvendo a Forma Legal de um Arrendamento (ICPC 03)).

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro.

A adoção inicial deste pronunciamento alcança os ativos arrendados em contratos com vigência superior a 12 meses e com valores individuais por objeto superiores a US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares).

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

O impacto estimado na posição patrimonial em 1º de janeiro de 2019 é o seguinte:

Ativo	
Ativos de direito de uso	8.372.555,85
Passivo	
Arrendamento Mercantil	8.372.555,85
Patrimônio Líquido	-

24) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

Os Administradores da Companhia identificaram necessidade de Ajuste a Valor Justo nos Créditos nas Operações de Venda e Aquisições de Gás de acordo com a nota explicativa 20. Na provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, pois não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (conforme nota explicativa 5).

25) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	22.060.529,51	17.055.007,32
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	(22.060.529,51)	(17.055.007,32)
MARGEM	-	-

26) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 13 de março de 2019, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2018.

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente

Bernardo Celestino Prates
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077